

## 2.º FORUM PROFISSIONAL LIBERAL

CUMPRIMENTOS: **Dr. Filipe Araújo**, Vice-Presidente da CM do Porto, Presidente e Órgãos Sociais da ANPL, em especial o Dr. Orlando Monteiro da Silva, Bastonário e órgãos da Ordem dos Arquitetos, demais de autoridades civis, militares e religiosas aqui presentes, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Caros Amigos.

É com enorme gosto político e pessoal que estou presente nesta Cerimónia de Encerramento.

Queria começar por felicitar a ANPL e a Ordem dos Arquitetos por esta realização e, também, pelo documento enquadrador (**Contributo para a Legislatura...**) que já foi entregue ao meu Colega SE do Trabalho, Dr. Adriano Rafael Moreira.

Estamos perante uma reflexão de grande oportunidade e de indiscutível qualidade.

Num dos pontos desse documento constata-se a “proletarianização” dos profissionais liberais.

É verdade. O regime democrático tem vindo a esquecer sucessivamente os profissionais liberais, hoje, em Portugal, mais de 1 milhão e com um contributo bem mais assinalável para o desenvolvimento do país.

Por isso, para estes novos proletários à força das políticas públicas das últimas décadas, dá vontade de parafrasear uma célebre frase de alguém que se encontra nos antípodas de qualquer lógica liberal, Vladimir Ilich Lenine, e dizer:

**- Profissionais Liberais de todo o país, uni-vos!** Penso que é muito este o apelo que a ANPL tem estado a fazer para mudar a face da realidade que temos...

A Europa, desde os anos 50, e Portugal já no regime democrático, construíram um modelo de Estado Social. Sem querer aqui entrar em polémicas ideológicas, os vectores essenciais do Estado Social são o dever dos poderes públicos em oferecerem:

- Proteção especial dos mais desfavorecidos;
- Proteção geral de todos os cidadãos de acordo com a lógica moderna dos princípios da igualdade e da solidariedade, em que as políticas públicas de desenvolvimento envolvem a sociedade como um todo:
- Sobretudo, **não deixar ninguém para trás**, i.e. não permitir que um setor ou área da sociedade ficasse a descoberto da ação do Estado Social.

Em troca, os cidadãos subsidiam a ação do Estado através do pagamento de impostos que, como sabemos, foram crescendo de década para década.

Em Portugal, no que tange aos profissionais liberais o Estado Social sobrevive numa quase-esquizofrenia, fruto apodrecido da hegemonia cultural marxista e pós-marxista, que, não nos iludamos, ainda não se esvaiu: a proteção social é gizada tendo como *target* exclusivo os funcionários públicos e os trabalhadores por conta de outrem.

Para os profissionais liberais não há uma lógica de proteção digna desse nome, porque, década após década, esta lógica neo-marxista insiste em simplificar a questão do “trabalhador” reduzindo-a aos operários, camponeses e aos que estão por conta de outrem. Foi este o arquétipo de pensamento que presidiu, reinou mesmo, nos fazedores do nosso modelo social laboral, sobretudo nos anos de Guterres, Sócrates e António Costa.

Hoje existe uma situação evidente de desigualdade: os PL são os mais taxados e os menos compensados. Igualmente são os menos representados, também...

O que fazer?

Duas opções se colocam.

**1 -** Ou os profissionais liberais rejeitam a proteção social do Estado, refugiando-se numa lógica liberal antiga (**velho ditado dos judeus russos**) de que estão à parte do Estado e querem assim ficar. Obviamente, esta utopia só funcionaria se os profissionais liberais não fossem taxados violentamente, como o são. Mas amanhã não será a véspera de tal dia...

**2 –** Ou o Estado, progressivamente, ganha juízo, decência e sentido de contemporaneidade, e oferece aos PL níveis de proteção social idênticos e homogéneos aos que estão ao dispor das restantes áreas profissionais.

**É esta a opção de fundo do Governo que aqui represento.**

E por falar em representação, esta é a linha de ação mais importante da ANPL - **No taxation without representation**, foi a constatação que deu origem à Revolução Norte-Americana. Os PL são taxados com uma relevância que não encontra paralelo na sua representação social e pública.

Porque um dos efeitos secundários negativos do atual modelo social é dar sempre voz às capelinhas e esquecer-se da multidão que enche o adro da igreja. Os PL continuarão a não ir longe com uma representação social esparsa, fragmentada, por vezes microscópia e que prefere sempre a parte(zinha) à visão do todo.

Depois, para que esta triste realidade se altere, é necessário dar força àqueles que compreendem os PL e os aceitam sem preconceitos ideológicos.

Estamos perante uma batalha política no OE que é muito mais do que a simples discussão de um Orçamento. O que está na ordem do dia é a possibilidade de manutenção de um Governo com uma visão arejada e reformista sobre estas matérias ou, não nos iludamos, do eventual regresso dos filhos e netos dos que fizeram o atual sistema social e que ainda são mais preconceituosos e anquilosados do que os seus pais e avós.

Dêem-nos tempo para mudar o país. Para os PL será a única forma de poderem almejar que as coisas irão mudar.

Dêem-nos a vossa confiança e não se arrependerão.

Este Governo saberá estar à altura das suas responsabilidades.